

HOMOLOGAÇÃO DA RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA: VIOLÊNCIA GERADA CONTRA OS ÍNDIOS ENTRE 1970 a 2009.

Jaci Guilherme Vieira

Prof. Dr. do Departamento de História da Universidade Federal de RR. E-mail:
jacivieira@uol.com.br

Paulo Sérgio Rodrigues da Silva

Especialista em História Regional pela UFRR. E-mail: psergio04@gmail.com

Carla Onofre Ramalho

Graduada em História pela UFRR. E-mail: carlla_ramalho@hotmail.com.br

A violência contra os povos indígenas não é uma prática recente, pode ser “historicizada” a partir da colonização portuguesa e espanhola na América. Os movimentos para aniquilar o outro, o diferente, não apenas na contemporaneidade, foram processos sistemáticos e intencionais que se estenderam ao longo de muitos anos. Esses podem ser analisados sob várias circunstâncias e perspectivas históricas. Ao penetrar nessa temática tão polêmica e discutida é fundamental perguntar *a priori*: “O que é violência?”. Assim, apresentamos alguns conceitos de violências como condição necessária para compreender a temática proposta.

Na obra publicada pelo Centro Internacional de Investigação para a Paz - CIIP (2002) temos uma conceituação de violência e as várias formas em que ela se manifesta. Nesse trabalho violência não se reduz apenas a uma atitude de agressão física, forma mais comumente identificada, há no entanto outras modalidades de violência tão nocivas quanto a violência física. Odalia (1985, pág. 15) diz que: “*Não é só violência física que distila o viver em sociedade e que apavora o homem: outros temores, outros medos, assaltam-se e acabam também por moldar seu estilo de vida*”.

Não são consideradas violência apenas as hostilidades declaradas a uma pessoa ou a um grupo. Aqui são analisados os fenômenos e as dinâmicas sociais, as quais estão envolvidas práticas sutis ou não de ações violentas. Não se pode tomar o estudo da violência pela violência em si. Devem-se investigar as várias causas que podem

contribuir para os atos violentos como pobreza, ausência de democracia, desigualdades estruturais, deteriorização do meio ambiente, tensões e conflitos étnicos, o desrespeito aos direitos humanos (CIIP, 2002).

Toda ação violenta seja física, cultural, patrimonial, étnica e outras são empecilhos a uma convivência dinâmica de uma sociedade ou de um grupo: “[...] os diferentes tipos de violência não representam apenas custos materiais, implicam também obstáculos tanto para a construção de sociedades capazes de desenvolver as potencialidades de seus habitantes, como para a construção de uma ordem política saudável que favoreça a integração social” (CIIP, 2002, p. 23).

Violência não é apenas o que é visível fenomenologicamente, apesar da visibilidade histórica dos tipos de violências, contudo outras leituras e compreensões ajudam entender que violência pode ser visível e também invisível (CIIP, 2002). A “violência invisível” acontece em práticas caracterizadas como: coação; pressão psicológica; imposição ideológica, constrangimentos e outras.

Um aspecto da violência, bastante presente em muitos momentos históricos na América Latina, é a violência étnica, caracterizada por várias formas. Entende a CIIP (2002, p. 60) que: “Os conflitos étnicos fazem parte da categoria violência cultural e expressam tanto a discriminação exercida pelo poder central em relação aos grupos minoritários como os processos de aculturação por meio dos quais a cultura dominante se impõe sobre as minorias”.

Ao estudarmos mais profundamente a questão da violência étnica, neste caso os atos violentos contra os povos indígenas, temos total clareza de que ela está relacionada a questão da terra. As terras indígenas no Brasil, como também em outros Estados Nacionais da América Latina, continuam sendo um elemento de disputa, objeto de madeireiros, projetos minerais, grandes projetos agropecuários, multinacionais e o já conhecido agronegócio o que na prática significa uma luta constante de diversas etnias contra o extermínio. As pesquisas apontam que o Brasil é um dos países mais violentos da América Latina, em relação à violência étnica. Verificamos que a situação de várias etnias em todo o país é de constante alerta, pois o que está em jogo são fortunas em terras, em minérios, em madeira gerando diversas formas de violência tanto material como cultural.¹

1 Somente em 14 meses de exploração, entre 1975 e 1976, cerca de 500 garimpeiros extraíram 580

O estado de Roraima

Roraima, não é diferente. Roraima é um dos estados mais jovens da federação, com uma das maiores populações indígenas. São mais de 45 mil índios no interior, somente na terra indígena Raposa Serra do Sol temos 20 mil e mais de 10 mil indígenas moram em Boa Vista a capital, onde vivem em bairros periféricos, sobrevivendo de subemprego com longas jornadas de trabalho. Muitos negam sua própria condição de índio como forma de se proteger e garantir sua sobrevivência².

Embora a terra indígena Raposa Serra do Sol (**Mapa 1**) tenha ganhado notoriedade nos últimos anos, tanto em nível nacional como internacional, ainda é uma região desconhecida dos brasileiros. Vivem nesta área as etnias, Ingarico, Macuxi, Patamona, Wapixana, Taurepangue. Situada a nordeste do estado de Roraima, está encravada dentro dos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia. Os dois primeiros municípios foram criados para dificultar a homologação da própria Raposa Serra do Sol em área contínua. Compreende uma área de 1 milhão e 700 mil hectares, localizada a 120 Km de Boa Vista, tem difícil acesso, pois inexistem estradas pavimentadas. Somente uma parte dela é coberta pela rede de telefonia fixa, como também pelas redes de televisão e rádio.

toneladas de concentrados de cassiterita, minério retirado em pequenos aviões e helicópteros para Boa Vista e de Boa Vista para Manaus em grandes aviões da VARIG. SANTOS, Breno Augusto. **Amazônia: potencial Mineral e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo. Edusp: 1981.

- 2 Para isso ver SOUZA, E. P; REPETTO, M. (Orgs.) **Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista - Roraima**. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007.

Mapa I

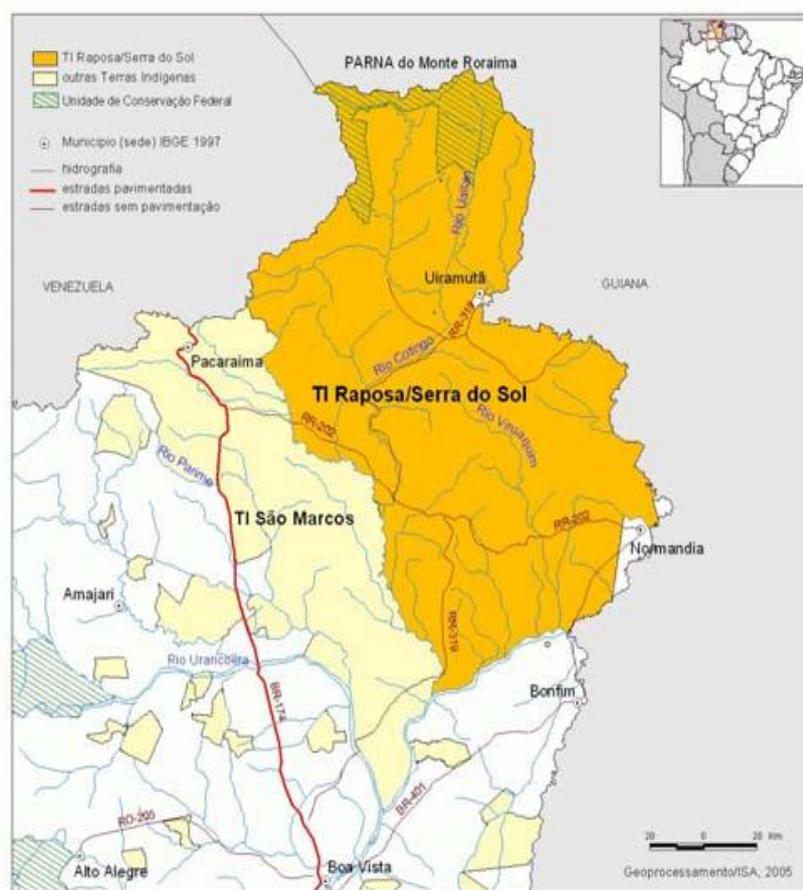
Terra Indígena raposa Serra do Sol Fonte: Instituto Sócio Ambiental (ISA), 2005



Recentemente, em Roraima, vários empresários ligados ao setor agropecuário ocupavam a terra indígena Raposa Serra Sol (**Mapa 2**). Aqui fazemos um destaque para os grandes e pequenos pecuaristas e principalmente os rizicultores. Estes últimos chegaram à região por volta de 1970 com promessas de riquezas da ditadura militar, ocupando áreas indígenas e alargando seus domínios quando passaram a comprar de má-fé posses de antigos fazendeiros. Em 2010 estavam localizados numa área de mais de 100 mil hectares, com uma produção de 160 mil toneladas de arroz irrigado anualmente, mais de 30 mil cabeças de gado e mais de três mil hectares de plantação de

soja. Estavam na melhor área da região³ Para o presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o historiador Márcio Meira, um dos principais fatores para uma nova onda de ataque às terras indígenas é a expansão econômica, especialmente do agronegócio, em direção às regiões onde vivem os índios.

Mapa 2: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos
Fonte: Instituto Sócio Ambiental (ISA), 2005



A Igreja Católica e os Índios – décadas de 60 e 70.

Foi a partir do acirramento da disputa pelo controle das terras indígenas em Roraima, somado ao fato das relações capitalistas estarem mais definidas, no final da década de 1960, que passamos a verificar, com mais intensidade o aumento da violência

3 Somente na área cultivada por Paulo César Quartiero era de mais de 400 hectares de arroz irrigado. Quando foi retirado da área havia em torno de 50 mil sacas de arroz para serem colhidas

contra os povos indígenas, em especial, a etnia Macuxi na terra indígena Raposa Serra do Sol. Porém, a história não tem uma única mão. Também é verdade que foi o próprio aumento da violência que levou boa parte dos povos indígenas, especialmente, os moradores das serras, onde a Igreja católica possuía maior influência, a iniciar um processo de organização política nos moldes dos não índios, auxiliada por essa Igreja.

Um envolvimento mais comprometido dos missionários com as populações indígenas em Roraima data de 1968, por iniciativa do Instituto da Consolata. Novos missionários chegaram à região por essa época, formando uma nova base missionária, passando a realizar encontros com os Tuxauas das diversas comunidades, especialmente entre os índios Macuxi e Wapixana, consideradas as duas maiores etnias da região. O principal tema discutido não era mais a questão religiosa em suas comunidades como afirmaram alguns autores até aqui, mas eram reuniões que discutiam e deliberavam sobre problemas graves, enfrentados em suas comunidades, como a invasão de terras e a exploração da mão-de-obra de seu povo.

Muitos já afirmaram que os índios de Roraima passaram a reunir-se na Missão São José, fundada em 1949, pela Consolata na vila Surumu, somente para tratar de assuntos religiosos. Contudo, Nagib Lima e vários dirigentes locais da FUNAI, haviam observado que as primeiras reuniões dos índios datam de 1968, momento em que a Igreja se preocupava somente em ministrar alguns cursos de cunho religioso. Porém, ao término dessas reuniões, afirma o autor, os índios tiravam algum tempo para discutir os problemas que enfrentavam nas suas regiões. Nessas conversas, a princípio informais, destacava-se a invasão de suas terras⁴.

Seria muita pretensão querer relatar todas as ações violentas ocorridas durante os séculos XVIII, XIX, XX e início do século XXI contra os povos indígenas em Roraima. Muitos antropólogos, historiadores já tiveram essa preocupação e não convém repetir tais estudos⁵. Nossa preocupação está ligada ao período mais atual.

Numa história mais recente de Roraima, os principais conflitos violentos contra os povos indígenas estão relacionados à ocupação da terra, principalmente por fazendeiros, rizicultores, garimpeiros, que acirram conflitos violentíssimos deixando

4 LIMA, José Nagib da Silva. Educação Indígena em Roraima. Boa Vista RR. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História da UFRR; 1993 (datilografado)

5 Neste caso, consultar os trabalhos dos pesquisadores sobre o assunto: Nadia Farage, Paulo Santilli, Jaci Guilherme Sousa e outros.

vítimas de ambos os lados. Porém, é bom ressaltar que os conflitos sempre ocorreram de forma assimétrica prevalecendo à força das armas, das instituições, dos meios de comunicação entre outros, sendo que a justificativa passou a ser a internacionalização da Amazônia.

Paulo Santilli em sua obra *Pemongon Patá: Território Macuxi, Rotas de Conflitos*, trabalhando temporalmente o período do final do século XX ao início do século XXI e os embates conflituosos na área Raposa Serra do Sol, analisa o roteiro histórico das principais crises envolvendo o grupo étnico Macuxi, principalmente.

Santilli (2001) deixa claros os motivos de acirramento (ver como usar a palavra acirramento, ou trocar por conflito) entre índios e não-índios, ficando caracterizado que os atos violentos estão vinculados diretamente à disputa da terra. O autor observa que de um lado há o fazendeiro que se aproxima, faz amizade e conquista a simpatia do índio, que, por sua vez, aceita a relação de compadrio. Essa relação que parece desinteressada, conforme mandam os preceitos cristãos, foi uma maneira de o fazendeiro conquistar não apenas a amizade, mas também a terra do indígena. A partir daí, instala-se a matriz que irá gerar discórdias, confusões, conflitos, mortes, torturas e outros: “Os índios mais idosos, moradores das aldeias situadas nos campos do Vale do Rio Uraricoera, mantêm, entretanto, presente, na memória oral, um tempo anterior a esse, marcado pela violência dos primeiros colonos civis ao instalarem suas posses naquela área, tanto queimando aldeias, expulsando os habitantes, quanto conduzindo-os a trabalhos forçados; chamam-no de ‘tempo de ditadura’.” (SANTILLI, 2001, p.60)

As comunidades indígenas Macuxi ao relatarem coletivamente alguns aspectos históricos confirmam a posição violenta dos fazendeiros:

“Eles [fazendeiros] diziam que queriam ter um lugar para viverem juntos com a gente, pareciam ser todos bons [...] Os parentes eram usados como mão de obra barata para construção de casas, currais, cercados, plantio de fruteiras, capinzais, vaqueiros e outros trabalhos de interesse dos brancos. Os brancos começaram a enganar os indígenas fazendo a troca de objetos que os brancos tinham, por moças e rapazes. Assim, os jovens eram vendidos em troca de mercadoria de pouco valor, às vezes por um machado, terçado, sal, um forno e o rapaz ou moça ia com o branco para fazer o trabalho na fazenda e às vezes até apanhavam dele” (CLEMENTINO, 2004, p.26).

A Organização Indígena e Igreja Católica.

A organização indígena iniciada a partir do final da década de 1960, com as primeiras reuniões realizadas na Missão do Surumu, a 160Km de Boa Vista, que a época contou com a participação de várias etnias indígenas, passou a ser o marco o embrião de

uma organização maior dos próprios índios, assessorados pela Igreja, para defender seus interesses.

A partir daí deu-se o rompimento entre a Igreja e as elites locais. O discurso das elites era que a culpa da rebeldia por parte dos índios é dos padres, chamados de comunistas, que querem *"impedir o desenvolvimento da região"*, na medida em que *"insuflam" os índios pobres e miseráveis*. Sem esses *"agitadores"*, tudo estaria tranquilo, com a ordem antiga garantida.⁶ Por esse discurso, os padres se tornam inimigos da propriedade privada e da ordem legal. Esse discurso passou a ser estampado com mais veemência no início dos anos 70 em todos os jornais escritos e falados localmente por um grupo de intelectuais, costumeiramente chamados na região de filhos dos pioneiros.

A Igreja de Roraima, a partir do final da década de sessenta, deixou de estar comprometida com os fazendeiros, passando a reunir os índios, a denunciar e combater a invasão das terras e principalmente a contribuir para organizá-los politicamente, com o objetivo de conseguirem a demarcação definitiva de suas terras. Esse processo inaugurou uma nova mentalidade, uma nova atitude e também uma nova direção na Diocese de Roraima ante a questão indígena no ex Território, projeto que tem sua continuidade até os dias atuais pelos membros da Ordem da Consolata. A primeira **"Carta Pastoral"** denominada *"Podem os Missionários Evangelizar os índios?"*, acaba nos dando uma amostra desse novo projeto.

“Amados filhos e filhas do Senhor,

Durante o tempo da quaresma, não poucos Bispos costumam enviar ao povo de Deus, a ele confiado uma mensagem especial ou carta pastoral, que ajude a refletir sobre alguma verdade e constitua exortação ao crescimento na vida cristã em preparação a páscoa.

O que determinou a escolha deste tema, é um acontecimento invulgar e de máxima gravidade, sucedido no dia 06 de fevereiro de 1979, quando a Funai resolveu proibir os missionários desta prelazia o ingresso nas áreas indígenas

6 Ver Jornal Folha de Boa Vista- Boa Vista RR- 01/08/2001. Num artigo o Deputado Federal Salomão Cruz (PPB-RR) afirma textualmente que há uma marcha, uma ação acelerada para transformar parte da Amazônia em novas Nações, sendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Conselho Indígena de Roraima (CIR) instrumentos poderosos na própria internacionalização da Amazônia.

do território, a aos índios a participação em reuniões programadas pela mesma Prelazia. Sem falar dos atropelos que efetua no setor de liberdades cívica, já garantidas pela Constituição Federal, a proibição revela quanto desconhecimento da evangelização da Igreja, e como o Índios continua a ser mantido numa situação de condicionamento que afetam profundante o seu crescimento humano e social....”

Os verdadeiros lesados são os Índios , os mais desprotegidos do território: infelizmente a maioria das pessoas não sabe e nem avalia quão aviltante é a situação de muitos índios, carentes de alimentos e assistência, prensados pelo latifúndio, dependentes nas coisas mais elementares, dominados, desfrutados e manipulados. Aproximadamente 20.000 pessoas vivem como rebotalho da sociedade.

Duas são as carências fundamentais de que eles sofrem: primeiro a terra, segundo a consciência da própria dignidade de suas capacidades, do direito de viver na sua Cultura... (Carta Pastoral 09/03/1979.)

A elite de Roraima parecia ter acordado para um fato novo, a partir do final da década de 60, ao se deparar com as primeiras reuniões realizadas na Missão do Surumu. Essas reuniões contavam com a participação das diversas etnias indígenas do Território. Era o embrião de uma organização maior dos próprios índios, assessorados pela Igreja, para defender seus interesses e constituía parte do projeto levado adiante pelas bases missionárias, que posteriormente fora assumido pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI).

Em Roraima, a organização política das comunidades indígenas era um fato inédito. Uma ruptura que mais tarde provocaria uma forte alteração na correlação de forças, especialmente, no processo de reconhecimento das terras indígenas. Os fazendeiros, ao longo de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas, por meio da cooptação de suas lideranças; da força que, na maior parte das vezes, terminava com a eliminação dos índios e posterior tomada das suas terras; e de acordos que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Nas primeiras Assembleias, e nas reuniões por região, os índios passaram a demonstrar um grau de organização que não se limitava a xingar fazendeiros, derrubar

cercas das fazendas ou matar o gado que por ventura fosse encontrada rondando as suas roças ou perdido no interior das suas comunidades. Sendo assessorados pelos missionários, superaram essa fase, passando, a exigir das autoridades federais a demarcação de suas terras. Além disso, passaram a fazer críticas à FUNAI e reivindicações por escrito, por meio de cartas e abaixo assinados, retirados em diversas nessas e reuniões. Para as lideranças indígenas a FUNAI estava completamente desacreditada, uma vez que estava a serviço dos fazendeiros, não impedindo que estes invadissem as suas terras (VIEIRA, 2007).

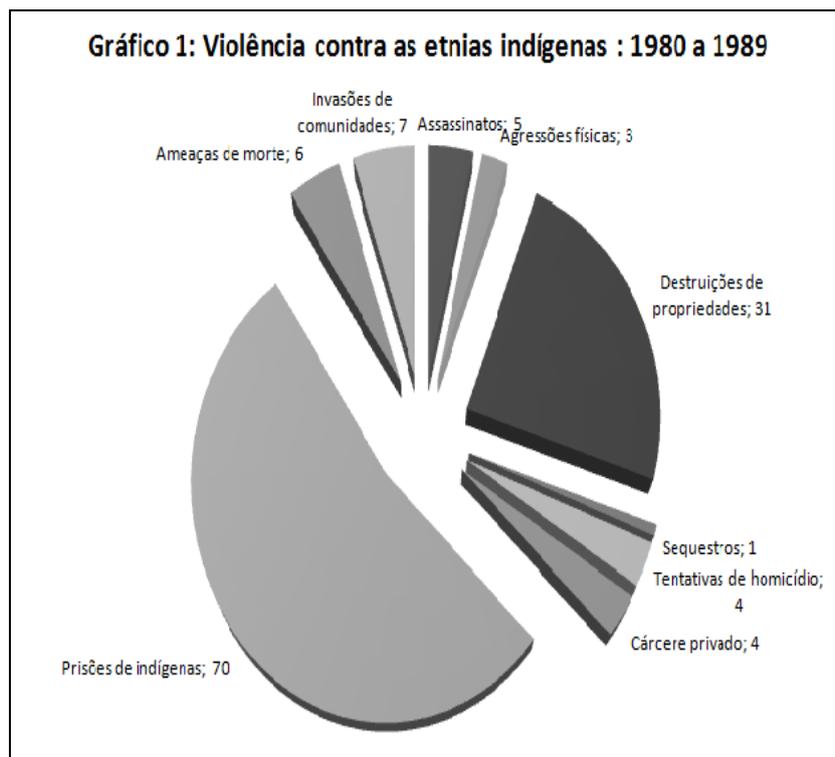
As ações violentas dos fazendeiros também tiveram como pano de fundo o não reconhecimento da organização indígena, vista como uma ameaça a sua presença nas terras que, por direito natural, não lhes pertenciam, mas, sim, aos povos indígenas. A partir do momento em que os povos indígenas dos lavrados despertaram para a criação de gado (*Projeto idealizado pela Igreja denominado “Uma Vaca para cada Índio”*) foi necessário construir cercas, currais e barracos, o que vibrou como ameaça: “Os fazendeiros começaram a não gostar disso. Perceberam que se este processo continuasse nas malocas, os rebanhos das comunidades iriam aumentar de maneira tal que não poderiam mais defender a tese de que os índios não precisam de terra porque não têm criação” (CIDR, 1990, p. 47). A reação dos fazendeiros ao princípio de organização indígena passou a ser violento. As ações da organização indígena passaram a incomodar e isso para muitos ecoou como uma afronta. No entanto, a organização indígena, com o passar dos anos, ficou mais representativa na luta pelo direito a terra (SILVA, 2007).

Por outro lado, os processos violentos contra as populações indígenas localizadas na área Raposa Serra do Sol se intensificam depois de uma forte expansão pecuarista, uma continuidade do garimpo. Muitos indígenas estavam submetidos a trabalho forçado num esquema de dívidas por troca de mercadorias. Fazendeiros passaram a queimar aldeias e a matar suas lideranças. Assim foram diversas as lideranças indígenas ou não que tomaram mortas, entre outros tipos de ações violentas entre os anos de 1970 a 2009, como demonstraremos através de quadros estatísticos a seguir.

Dados estatísticos da violência contra os povos indígenas em relatórios e jornais de circulação local no estado de Roraima

Como foi dito anteriormente a violência se manifesta sob várias formas, e no caso da violência contra os povos indígenas no estado de Roraima não é diferente. Os gráficos a seguir foram construídos a partir de dados coletados de jornais de circulação local, além de outras fontes como o relatório elaborado por Ana Paula Souto Maior (2003). Por meio deles podemos apreender os procedimentos violentos contra as etnias indígenas da área Raposa Serra do Sol ao longo de várias décadas, conforme pode ser visualizado na representação dos gráficos 1, 2 e 3. Já o gráfico 4 é dedicado ao processo de reação empreendido pela etnias indígenas da área em questão ao longo das três últimas décadas.

Observando os três primeiros gráficos pode-se verificar que os processos violentos contra os povos indígenas ao longo da demarcação e homologação da Raposa Serra do Sol abrangem uma ampla gama de ações que vão desde agressões físicas a atentados contra a vida dos indígenas, formas de violência “mais visíveis”, até ameaças e outros tipos de violências mais difíceis de serem percebidas. Também podemos perceber por meio dos gráficos a ocorrência de ações violentas contra propriedades dos indígenas como: destruição de casas, roças e retiros.



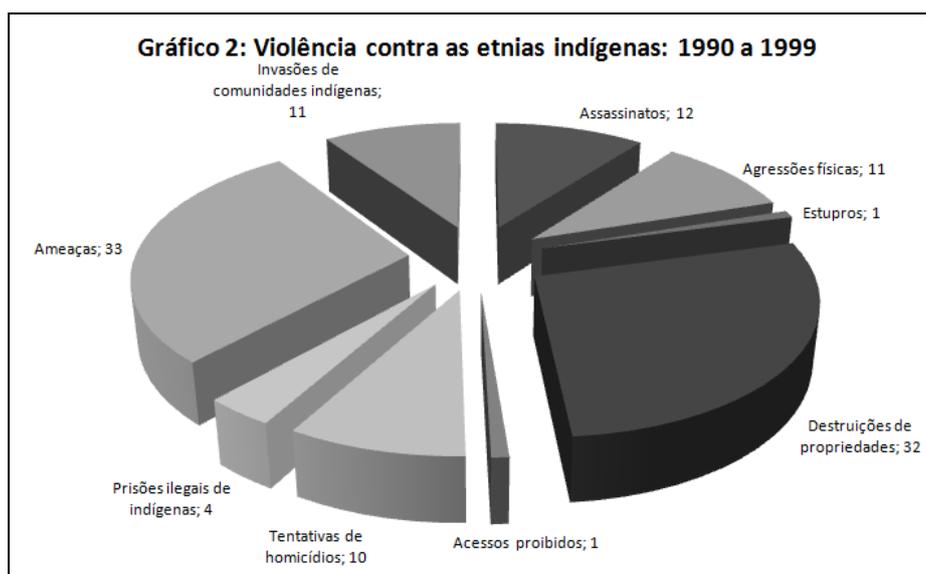
Fonte: jornais de circulação em Boa Vista entre 1980 a 2009

Do processo de violência contra os povos indígenas (**Gráficos, 1,2,3**) participaram não só invasores das terras indígenas, como garimpeiros e fazendeiros mas também órgãos e instituições públicas como a Polícia Civil e Militar, como também um personagem novo, as Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, que numa ação desastrosa acabou comprometendo-se na defesa dos interesses da elite local. Essas instituições acabaram dando suporte em ações como: destruição de propriedades, prisões ilegais, invasões de comunidades indígenas, sequestros e cárcere privado. O que mais salta aos olhos no gráfico I por exemplo o excessivo número de prisões, isso levando em conta somente os noticiados nos jornais locais temos 70 índios presos. Outro dado é o número de assassinatos, neste caso temos 5, as destruições de propriedades foram intensas, chegando a total de 31.

Na década seguinte, Os meses de setembro a dezembro de 1992 foram crivados de conflitos na área indígena Raposa serra do Sol. Nesse período surge um fato inédito, a presença de soldados do Exército brasileiro no dia 02/09/1992 na comunidade do Maturuca . Segundo relatos dos índios, neste dia mais de 40 soldados e oficiais prenderam o índio Amadeus, sem qualquer justificativa, posteriormente foi entregue a

Policia Federal em Boa Vista. Ainda segundo os índios, os soldados estavam a procura do padre Jorge, assim arrombaram a porta da missão católica, os barracões onde estavam a merenda escolar, o local onde ficava os equipamentos de energia, desligaram o sistema de comunicações, terminando por levar pastas contendo documentos da missão. Existe uma forte evidencia que o grande objetivo dessa operação fosse prender o padre Italiano Jorge dal Bem ligado a Diocese de Roraima que não foi encontrado; para fazendeiros e garimpeiros um dos grandes responsáveis pelos conflitos na região⁷.

No dia seguinte procurado pela imprensa, o comando militar da 15º Brigada, disse apenas que os homens estavam realizando reconhecimento da área de fronteira. O coronel Peixoto, responsável pelas relações públicas da brigada disse que maiores informações deveriam ser consultadas em Brasília, junto ao comando do Exército, e deu o caso por encerrado.



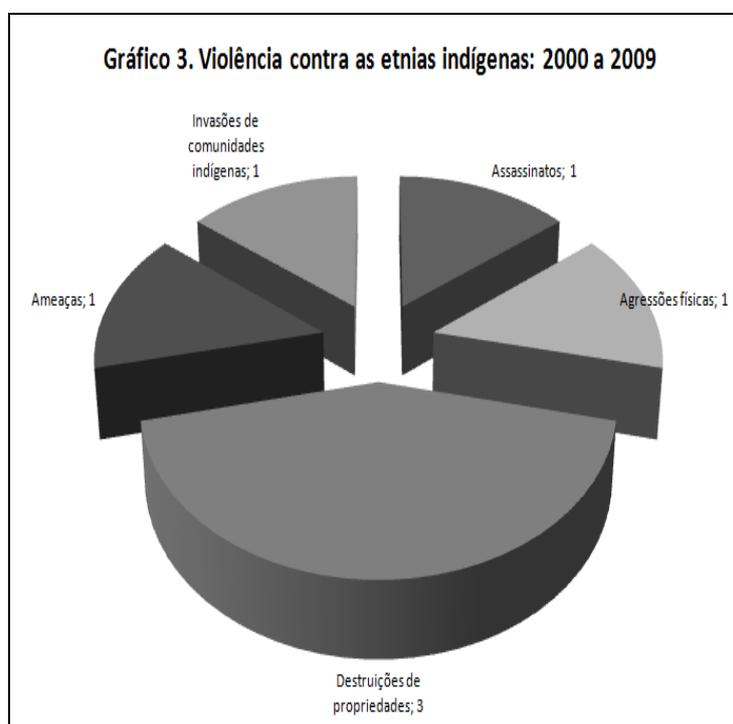
Fonte: jornais de circulação em Boa Vista entre 1990 a 1999

No gráfico acima, o número de assassinatos que na década anterior tinha sido de 5 subiu para 12 e as tentativas de homicídios que foi de 4 passou para 10. As destruição das propriedades continuaram, as invasões de comunidades que foi de 7 passou para a 11 comunidades.

Embora o foco deste artigo seja a Raposa Serra do Sol não podemos deixar de

⁷ Jornal Diário de Roraima. Boa Vista 03/09/1992.

destacar que esse processo de violência contra os povos indígenas ocorreu no Brasil como um todo. Com relação a situação do estado de Roraima devemos enfatizar a violência contra as populações Yanomami, – que culminou com o massacre de cerca de 24 indígenas em 1993 por parte de garimpeiros – violência esta que não teve fim com a homologação da reserva Yanomami. Outro caso que merece ser destaca é o ocorrido na Maloca Santa Cruz, onde os índios travaram uma luta pela posse de suas terras com fazendeiros Newton Tavares. Uma das consequências desta disputa foi o assassinato de dois indígenas Damião Mendes e Mario Davis por parte do vaqueiro Manuel dos Santos, empregado do fazendeiro Newton Tavares

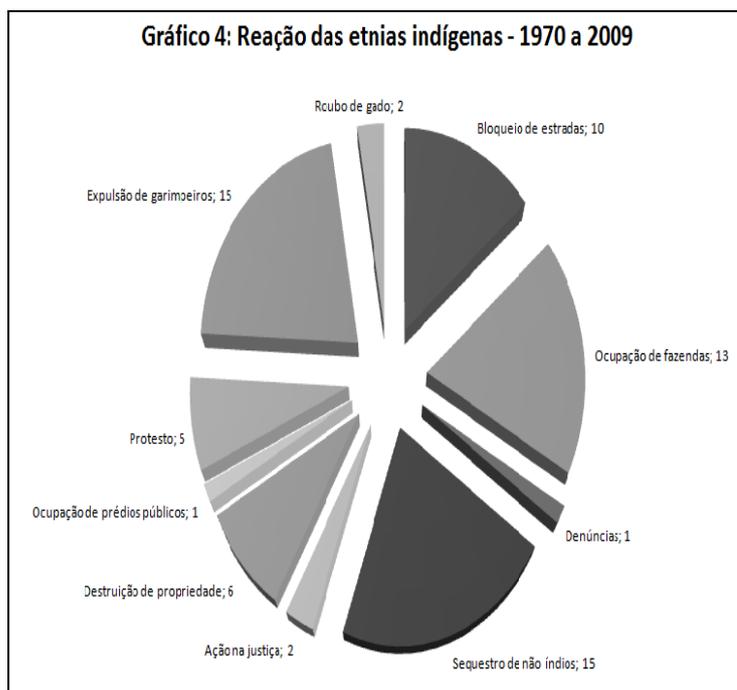


Fonte: jornais de circulação em Boa Vista entre 2000 a 2009

Já no gráfico III, percebe-se que a violência contra os povos indígenas de 2000 a 2009, aparece com um grau menor de intensidade nas páginas policiais. Credita-se isso, ao fato da própria organização indígena está mais fortalecida, além do fechamento dos garimpos em terras indígenas e o abandono de alguns pecuaristas das terras indígenas, em especial da Areá indígena Raposa Serra do Sol.

A todo esse processo de violência, contra os povos indígenas, que se estende

desde o período colonial, corresponde um conjunto de ações de resistência por parte dos índios mostrados no **Gráfico 4**. Por meio deste gráfico podemos perceber que algumas destas ações de resistência estão diretamente relacionadas com a violência sofrida pelas comunidades indígenas. É o caso da presença de garimpeiros em terras indígenas, uma das agressões mais frequentes contra as populações nativas, gerando toda uma variedade de prejuízos para essas populações: como degradação do meio ambiente (tão importante para a sobrevivência dos índios) e males como o alcoolismo e a prostituição.



Fonte: jornais de circulação em Boa Vista entre 1970 a 2009

Nesse processo de resistência a organização indígena que se intensificou a partir da década de 60 desempenhou um papel de destaque. Seja nas Assembleias organizadas pelos religiosos da Igreja Católica, ou por meios de documentos enviados a FUNAI e as autoridades federais, os indígenas buscaram dar visibilidade aos problemas enfrentados em suas comunidades, como uma forma de combater a violência por eles sofrida.

Um dos principais obstáculos que os indígenas tiveram que enfrentar para garantir o cumprimento de seus direitos, principalmente o direito a terra, foi o comprometimento de vários setores da sociedade civil roraimense com os interesses

daqueles que ocupavam ilegalmente as terras indígenas. Em um dos seus trabalhos sobre violência indígena Souto Maior afirma:

“A situação de violência a que estão submetidas as comunidades indígenas é um reflexo do comprometimento de órgãos públicos e autoridades estaduais e federais. A impunidade para os que violam direitos indígenas à vida, à integridade física, às suas terras e recursos naturais é agravada, particularmente para os índios da Raposa/Serra do Sol, pela demora na conclusão do processo de reconhecimento oficial dos limites desta terra indígenas”. (2003)

Dentre os atos de violência cometidos contra os indígenas envolvendo prisões ilegais, um merece ser destacado o ocorrido na delegacia do município roraimense de Normandia no ano de 1988 quando o indígena da etnia macuxi Ovelário Tames, com apenas 17 anos, foi preso ilegalmente por motivo banal. Dentro das dependências da delegacia o indígena foi brutalmente espancado por membros da polícia militar, vindo a falecer em virtude dos ferimentos sofridos. O caso tinha tudo para seguir o mesmo caminho de muitos outros atos violentos cometidos não só contra os índios da Raposa Serra do Sol, mas também com índios de outras reservas, ou seja, gerar revolta e indignação nos povos indígenas, ser noticiado nos jornais locais e depois ser esquecido pela sociedade não-índia, sendo que os culpados não sofreriam nenhum tipo de punição. Porém este caso teve como diferencial o fato de ter sido levado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) ao conhecimento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (**Figura 1**). Este órgão determinou ao governo brasileiro o pagamento de uma indenização a família da vítima e a obrigatoriedade de uma retratação pública com a colocação de uma placa numa praça pública informando sobre o caso, a foto abaixo mostra esse monumento. No entanto os culpados pela morte de Ovelário, assim como tantos outros responsáveis por diversos tipos de violências, como visto acima, contra os povos indígenas, nunca foram julgados pelo crime, revelando a impunidade das ações violentas cometidas contra os índios não só em Roraima, mas também no restante do Brasil.

Figura 1: Placa da Comissão Interamericana de Direitos Humanos dedicada a Ovelário Tames (Praça do Centro Cívico/Boa Vista RR)



Foto: P. S. R. da Silva, 2009

Outra grande ação violenta contra as etnias indígenas e também contra as pessoas que lutam a favor das causas indígenas foi à destruição da antiga Missão do Surumu, hoje Centro Indígena de Formação, localizado a 160 km de Boa Vista, dentro da região Raposa Serra do Sol⁸. Na madrugada do dia 17 de setembro de 2005, a missão foi cercado por aproximadamente 150 homens encapuzados, armados com espingardas, paus, facões, revólveres que destruíram completamente a antiga Missão (Jornal Vira-Volta, 2005). O grupo chegou em caminhões e caminhonete e ateou fogo em todas as instalações da Missão(**Figura 2**): casa dos padres e das irmãs, Igreja, escola e hospital. Algumas pessoas presentes no local foram agredidas fisicamente, inclusive um paciente do hospital (CIMI, 2005).

8 O estudo sobre a destruição do Centro de Formação Indígena pode ser encontrado nos trabalhos de SILVA, Paulo S. R. **A violência contra os povos indígenas na ótica do jornal Folha de Boa Vista 1996-2005**. UFRR, 2007(monografia); Vieira, J.G.; Silva, P. S.R. **A violência indígena na ótica do jornal Folha de Boa Vista**. Revista Textos & Debates (no prelo).

Figura 2: Destruição das instalações do Centro de Formação Indígena



Foto: Arquivo da Diocese de Roraima (2005)

Esse grupo liderado por fazendeiros da região que ocupavam parte da terra indígena Raposa Serra do Sol, já haviam invadido a Missão em 2004 e sequestrado padres e missionários da Congregação da Ordem da Consolata e os mantido reféns por três dias (CIMI, 2005). O ex-prefeito de Pacaraima, que era e um dos maiores rizicultores da região, antigo dono da Fazenda Déposito, mostrado no primeiro mapa, Paulo C. Quartiero foi indiciado pela Polícia Federal como partícipe do sequestro dos padres Ronildo Pinto França e César Avallaneda e o irmão Juan Carlos Martinez (Folha de Boa Vista, 2004).

A “violência simbólica” nos dizeres do ex-presidente da CNBB, Dom Geraldo Magela, destruiu o palco das primeiras assembleias dos indígenas, que marcou o fortalecimento do movimento e organização pela homologação da terra Raposa Serra do Sol. O espaço simbólico da resistência representa o compromisso da Igreja Católica com as questões indígenas (MAGELA, 2005). Na verdade, a violência contra as populações indígenas não é apenas simbólica, mas são processos violentos que envolvem agressões físicas, assassinatos, sequestros, trabalho escravo, discriminação, preconceitos, destruição de patrimônios, invasões de propriedades e destruição cultural.

Um dos casos mais emblemáticos da violência indígena foi o assassinato do índio Aldo da Silva Mota, com grande repercussão nacional e internacional (SILVA, 2007)⁹. No dia 02 de janeiro de 2003, conforme relato do Coordenador do CIR, o senhor Jacir José de Souza, no requerimento encaminhado ao Superintendente da Polícia Federal de Roraima, o indígena Aldo da Silva Mota, casado, 52 anos, morador da comunidade Lage, região das Serras, vaqueiro no Retiro Fé em Deus, pertencente ao indígena Inácio Brito, atendendo a um recado recebido dos vaqueiros da Fazenda Retiro, “pertencente” ao ex-vereador de Uiramutã o senhor Francisco das Chagas Oliveira, de que um garrote do rebanho o qual tomava conta havia se desgarrado e encontrava-se na Fazenda Retiro, dirigiu-se sozinho à fazenda a fim de resgatar o garrote. Nesse mesmo dia, segundo consta no Aditamento da Denúncia do Ministério Público Federal, Ação Penal nº 2003.42.00.001839-9, nas dependências da “Fazenda Retiro”, os denunciados Elisel Samuel Martin e Robson Belo Gomes, vaqueiros até então, agindo conjuntamente, assassinaram “à queima roupa”, com disparos de arma de fogo, o índio Aldo da Silva Mota. Após o homicídio, os dois vaqueiros enterraram em uma cova rasa o corpo do índio.

Nesta história marcada pelo descaso das autoridades em relação às questões indígenas, foi surpreendente o resultado do laudo realizado pelo Instituto de Medicina Legal do Estado de Roraima. Despreparo, erro, negligência, incompetência, falta de condições materiais para realizar exames cadavéricos ou por que o necropsiado era um índio? O certo é o que Laudo N° 118/03-IML, realizado em Aldo da Silva Mota, assinado pelos médicos legistas Dr. Ricardo Gouveia e Dr. César Augusto de Souza foi superficial, ao atestar que a *Causa Mortis* foi indeterminada, não merecendo ser levado em consideração face a sua insubsistência (DPF/INQUÉRITO, 2003). Logo após sair o laudo, inconformados com o absurdo, as lideranças indígenas representadas pelo CIR reivindicaram um novo Laudo Cadavérico, desta vez conduzida pelo Instituto de Medicina Legal do Distrito Federal. Os peritos estiveram no local fazendo um levantamento de todos os detalhes. Juntamente com o laudo cadavérico realizado em Brasília, foi possível confirmar a morte violenta de Aldo da Silva Mota por arma de fogo (DPF/Inquérito, 2003).

9 Sobre esse caso ver artigo: SILVA, P.S.R; VIEIRA, J.G. **A cobertura da morte Aldo Mota na ótica do jornal Folha de Boa Vista**. Revista do NUHSA, Boa Vista, v.1, n.1 (ago-dez 2007).

Por fim poderíamos perguntar qual o mote utilizado para tanta violência contra os povos indígenas em Roraima. A justificativa sempre esteve calcada na questão da “internacionalização da Amazônia e uma possível intervenção estrangeira” discurso antigo e apoiado inclusive por instituições como o as Forças Armadas Brasileiras. Esse parece ser o grande ingrediente, o grande argumento das elites roraimenses e dos coronéis da comunicação local, daí o uso intenso da força, seja ela qual for para espantar esse fantasma e justificar a violência contra as populações indígenas que lutam pela sua terra.

Por último um novo debate vem sendo feito no Congresso Nacional, com o apoio dos Senadores do estado de Roraima Mozarildo Cavalcante e Romero Jucá. Depois da homologação da Raposa Serra do Sol em área contínua efetivado no Supremo Tribunal Federal, agora lutam pela abertura das terras indígenas em Roraima para o estabelecimento de um garimpo profissional, feito por empresas e reguladas pelo Estado, tendo o Congresso a última palavra sobre a possibilidade da área indígena ser explorada ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: Unesp, 1991.

CENTRO Internacional de Investigação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas. **O estado de paz e evolução da violência: a situação da América Latina**. [Tradução: Maria Dolores Prades] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

CIDR. **Índios e Brancos em Roraima**. Coleção Histórico-Antropológica, nº 2. Coronária, 1990.

CLEMENTINO, Alcelino. [et al]. **Os Filhos de Macunaimê – Vida, História, Luta – ou vai ou racha. A luta continua**. São Paulo: Loyola, 2004.

FOLHA DE BOA VISTA, 2004). FREITAS, Marilena. Manifestação resulta em bloqueio de estradas e detenção de padres. **Folha de Boa Vista**, 07 jan 2004. Caderno Política, p. 03-A.

MAGELA, Geraldo. **Raposa/Serra do Sol: da festa à violência**. Folha Opinião Caderno Tendências/Debates. São Paulo, domingo, 09 de outubro de 2005, disponível em: www.cimi.org.br. Acesso em: 10/07/2006

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Ação Penal nº 2003.42.00.001839-9 Peça: Aditamento da Denúncia - MPF ADIT. Denúncia 001/2003. Darlan Airton Dias – Procurador da República. Boa Vista, 23 de outubro de 2003

MISSÃO do Surumu é saqueada. **Conselho Indigenista Missionário**, Manaus, 17 set. 2005. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=1470&eid=247>. Acesso em: 04/11/2006.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1985

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Pata: território Macuxi, rotas de conflitos**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SANTOS, Breno Augusto. **Amazônia: potencial Mineral e perspectivas de desenvolvimento**. São Paulo. Edusp: 1981.

SILVA, P.S.R. **A violência contra os povos indígenas no foco do Jornal Folha de Boa Vista-RR - período de 1996 a 2005**. 2007, 109 f., Monografia - Universidade Federal de Roraima, Departamento de História, Boa Vista, 2007.

SILVA, P.S.R.; VIEIRA, J.G. **A cobertura da morte Aldo Mota na ótica do jornal Folha de Boa Vista**. Revista do NUHSA, Boa Vista, v.1, n.1 (ago-dez 2007).

SOUTO MAIOR, Ana Paula. **Crime e impunidade em Roraima**. Conselho Indígena de Roraima, Boa Vista, fev. 2003. Disponível em: http://www.cir.org.br/noticias_030221_dossie.php. Acesso em: 4 de julho de 2007.

SOUTO MAIOR, Ana Paula. **Crimes contra os Índios em Roraima**. Dossiê. Conselho Indígena de Roraima, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA de Polícia Federal. **Relatório da Polícia Federal - Inquérito da Polícia Federal nº 006/2003** Boa Vista, 14 de julho de 2003.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.